OBSERVARE
Universidade Autónoma de Lisboa
e-ISSN: 1647-7251
VOL. 17, Nº. 2
Novembro 2026-Abril 2027

JANUS.NET
e-journal of International Relations

A ATUALIDADE DA TEORIA ESTRUTURALISTA DA DEMOCRACIA EM ÁFRICA E A PARTICULARIDADE DE CABO VERDE: ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE SEYMOUR LIPSET E ROBERT DAHL

ADILSON DE JESUS CABRAL TAVARES
adil.son.tavares@hotmail.com
Doutor em Relações Internacionais, especialização em Estudos de Segurança e Estratégia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Professor Auxiliar na Universidade de Cabo Verde (Cabo Verde), https://orcid.org/my-orcid?orcid=0009-0009-6383-3804

Resumo

Este artigo reinterpreta a Escola Estruturalista da Democracia, destacando a sua relevância contemporânea e aplicabilidade analítica. Fundamentada na suposição de que a democracia funciona de forma mais eficaz em sociedades económica e socialmente desenvolvidas, esta abordagem teórica é aplicada ao contexto africano por meio de uma análise comparativa entre diferentes regiões. O estudo examina indicadores centrais da qualidade democrática, incluindo o nível de desenvolvimento económico, a presença de economias orientadas para o mercado, a governação civil e a robustez da sociedade civil, refletida em fatores como literacia, cultura cívica, capital social e empoderamento económico. A investigação recorre a uma metodologia qualitativa baseada em inferência teórica, análise comparativa e avaliação interpretativa de dados qualitativos e quantitativos, com o objetivo de aferir em que medida os pressupostos estruturalistas se confirmam no contexto africano, com especial atenção ao caso de Cabo Verde. Os resultados corroboram, em grande medida, as principais teses da perspetiva estruturalista. À escala global, as democracias mais consolidadas continuam a localizar-se em contextos altamente desenvolvidos, sobretudo na Europa Ocidental e Setentrional. Em África, os países que apresentam melhor desempenho democrático — como Maurícia, Botsuana, Cabo Verde, África do Sul, Gana e Lesoto — são igualmente aqueles que registaram progressos significativos ao nível do desenvolvimento socioeconómico. Estes resultados evidenciam uma relação persistente entre a qualidade da democracia e as condições estruturais socioeconómicas, reforçando assim o poder explicativo da teoria estruturalista da democracia.

Palavras-chave

Sociedade civil; democracia; escola estruturalista; África; Cabo Verde.

Abstract

This article reinterprets the Structuralist School of Democracy, highlighting its contemporary relevance and applicability. Rooted in the assumption that democracy functions effectively only in potentially developed societies, this theoretical framework is applied to the African context and examined comparatively across different regions. The study employs key indicators of democratic quality—including economic development, the presence of market-oriented economies, civilian governance, and the robustness of civil society as reflected in literacy, civic culture, social capital, and economic empowerment. Through a qualitative methodology grounded in theoretical inference, comparative analysis, and interpretive assessment of qualitative and quantitative data, the research evaluates the extent to which structuralist assumptions hold in Africa, with special attention to the case of Cape Verde.

Findings largely support the claims of the structuralist perspective: the most consolidated democracies continue to be located in highly developed contexts such as Western Europe, particularly in the northern subregion. Within Africa, the countries displaying the strongest democratic performance—Mauritius, Botswana, Cape Verde, South Africa, Ghana, and Lesotho—are likewise those that have registered notable progress in economic development. These results suggest a consistent relationship between democratic quality and structural socioeconomic conditions, offering renewed support for the explanatory power of structuralist democratic theory.

Keywords

Civil society; democracy; structuralist school; Africa; Cape Verde.

Como citar este artigo
Tavares, Adilson de Jesus Cabral (2026). A Atualidade da Teoria Estruturalista da Democracia em África e a Particularidade de Cabo Verde: Análise à Luz do Pensamento de Seymour Lipset e Robert Dahl. *Janus.net, e-journal of international relations*. VOL. 17, Nº. 2, Novembro 2026-Abril 2027, pp. 606-625. DOI https://doi.org/10.26619/1647-7251.17.2.30

Artigo submetido em 30 de dezembro de 2025 e aceite em 7 de agosto de 2026.

A ATUALIDADE DA TEORIA ESTRUTURALISTA DA DEMOCRACIA EM ÁFRICA E A PARTICULARIDADE DE CABO VERDE: ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE SEYMOUR LIPSET E ROBERT DAHL

ADILSON DE JESUS CABRAL TAVARES

Introdução

Falar de democracia neste artigo implica, em primeiro lugar, esclarecer a que modelo nos estamos a referir e problematizar. Referimo-nos, assim, a de democracia liberal representativa que, não obstante as críticas que lhe têm sido dirigidas quanto à sua eficácia e aplicabilidade fora do espaço ocidental, entendemos ser o melhor entre os modelos anteriores ainda em vigor, bem como em relação aos modelos alternativos e experimentais que foram adotados, mas que não produziram efeitos plausíveis.

É este modelo de democracia que reinterpretamos à luz da teoria estruturalista, uma perspetiva teórica que continua a ser atual quando se analisam os principais indicadores utilizados para avaliar a qualidade da democracia, tais como o desenvolvimento económico, a economia de mercado, a existência de governos civis e de uma sociedade civil forte, seja em termos de literacia, cultura cívica e capital social, seja em termos de empoderamento económico.

Partindo dos indicadores supramencionados, analisamos a consistência, ou não, da escola estruturalista da democracia em África e refletimos sobre a particularidade de Cabo Verde. O objetivo central é verificar se existe uma correlação entre os indicadores sociais, políticos e económicos em África e a referida teoria da democracia. Para isso, recorremos a uma metodologia qualitativa, com ênfase na inferência teórica comparativa entre as várias realidades dentro e fora do continente, bem como na análise interpretativa de dados qualitativos e quantitativos.

Quanto ao itinerário do artigo, no primeiro ponto, procedemos a uma problematização da relação entre sociedade civil, participação política e qualidade da democracia, recorrendo à escola estruturalista da democracia. No segundo, analisámos esta perspetiva teórica aplicada à realidade africana. No terceiro, analisamos a particularidade de Cabo Verde, que se afigura como um caso de estudo com muito ainda por explorar.

Sociedade Civil, Participação Política e Qualidade da Democracia: Reinterpretando a Escola Estruturalista da Democracia

Durante a nossa frequência na licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, na Universidade Nova de Lisboa, no âmbito da disciplina de Teoria da Democracia, o

professor regente Tiago Fernandes (2007), ao interpretar a Escola Estruturalista da Democracia e recorrendo às contribuições de Dahl (2015) e Lipset (2023), afirmava que "a democracia é para os países ricos". Para um jovem estudante, tal afirmativa parecia paradoxal, sobretudo porque um leigo na matéria tende a ter uma perceção bastante superficial, resumindo a democracia aos aspetos formais e eleitorais. Pelo contrário, a democracia é muito mais do que um mero ato eleitoral (Sartori, 1957; Beetham, 1999; Dahl,1971; Diamond, 1999).

Volvidos muitos anos de investigação, docência e maturação académica, estamos em condições de perceber e fundamentar cientificamente que a democracia e a sua qualidade dependem de um conjunto de requisitos, sendo um deles as condições económicas (Dahl, 2015; Lipset, 2023). Para tal, basta uma interpretação razoável do conceito de democracia, entendida como um regime político que pressupõe atos eleitorais regulares, pacíficos e transparentes, existência de forças políticas concorrenciais, bem como a efetivação dos direitos sociais, civis, políticos e económicos (Schumpeter, 2006; Beetham, 1999; Dahl,1971; Diamond, 1999; Przeworski, Alvarez, Cheibub, e Limongi, 2000). A realização plena destes elementos pressupõe, em primeiro lugar, uma cultura cívica e capital social (Putnam, 1993), indicadores que, no entanto, não se coadunam com a pobreza e vulnerabilidades humanas.

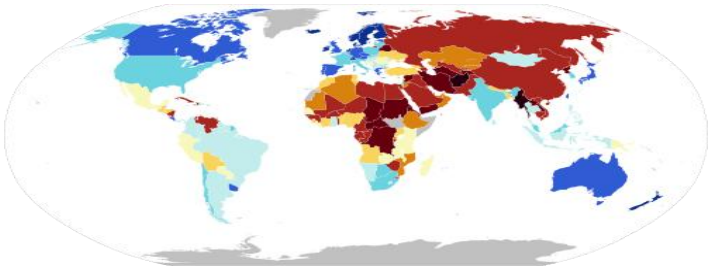
Não se coadunam porque, apesar de, em qualquer parte do mundo, as pessoas afirmarem preferir viver num regime democrático, nos países pobres e em contextos de vulnerabilidade muitos cidadãos não compreendem o que é a democracia, seja em termos conceptuais ou práticos. Para muitos, a democracia resume-se ao ato de votar, mesmo sabendo que, as eleições são muitas vezes fraudulentas. A pobreza e a cultura do assistencialismo são exploradas eleitoralmente pelos políticos; muitos eleitores não analisam os perfis dos candidatos nem as plataformas eleitorais; têm pouca capacidade para diferenciar ideologias partidárias, se é que estas existem, e a literacia política do eleitorado tende a ser baixa. Na pobreza, as preocupações primárias dos cidadãos centram-se na sobrevivência (Stokes, 2005; Jensen e Justesen, 2014; Kitschelt e Wilkinson, 2007; Stokes, Dunning, Nazareno e Brusco, 2013).

Dado que, num contexto de pobreza, as eleições ganham sobretudo no seio das camadas mais vulneráveis, pouco valor têm as ideologias partidárias (Inglehart, 1997; Kitschelt, Wilkinson, 2007; Levitsky e Way, 2010). Neste sentido, prevalece a lógica da "caça aos votos" (catch-all party), parafraseando Otto Kirchheimer (1990). Atualmente, partidos demagogos e populistas adotam práticas exploratórias, apresentando promessas eleitorais pouco exequíveis, mas que são acreditadas pelos mais vulneráveis. Por isso, é comum que, nos países menos desenvolvidos, os partidos tradicionais ou do arco do poder se mantenham no governo por longos períodos, seja devido ao acesso a mais recursos — inclusive estatais —, que utilizam nas campanhas eleitorais, seja por terem meios para criar dependência do eleitorado ou manipular resultados eleitorais (Cheeseman, 2015; Greene, 2007; Levitsky e Way, 2010; Magaloni, 2006).

Quando os teóricos estruturalistas da democracia afirmam que este regime político é funcional nos países desenvolvidos e não nos países pobres, o argumento deve ser reinterpretado à luz do seguinte facto: a base económica não se refere necessariamente ao crescimento económico isolado, pois este pode não se traduzir na melhoria do nível de vida das pessoas. Pelo contrário, o desenvolvimento económico tem um impacto mais

direto na distribuição e redistribuição da riqueza nacional (Jensen, 2002), reduzindo as assimetrias sociais, consolidando a classe média e empoderando, de forma geral, a sociedade civil (Todaro, 1994; Tavares, 2010). Este argumento é empiricamente plausível: basta observar a Figura 1, que evidencia que as democracias mais avançadas no mundo (democracia plena) concentram-se nos países com melhores indicadores de desenvolvimento, como, por exemplo, os do norte da Europa, conhecidos como os países da Escandinávia.

Figura 1



The 2024 Economist Intelligence Unit *Democracy Index* map

Full democracies	**Flawed democracies**	**Hybrid regimes**	**Authoritarian regimes**
9.00–10.00	7.00–7.99	5.00–5.99	3.00–3.99
8.00–8.99	6.00–6.99	4.00–4.99	2.00–2.99
			1.00–1.99
			0.00–0.99

Para além das bases económicas sólidas, consideradas um dos recursos favoráveis à democracia liberal do modelo representativo — diferente da chamada democracia nacional revolucionária (Tavares, 2025; Koudawo, 2001) —, esta também pressupõe a existência de uma economia de mercado (Dahl, 2015; Fukuyama, 2001), por se tratar de um modelo económico mais compatível com o regime democrático, uma vez que consagra o direito à iniciativa privada, considerado por alguns autores como inato (Locke, 2007).

Por outro lado, este modelo, além de contribuir para o fortalecimento do tecido empresarial — essencial para o desenvolvimento —, cria também as bases da competição, promovendo o mérito empresarial e a ascensão social, atribuindo ao Estado o papel de regulador e/ou gestor de uma economia de mercado regulada (Keynes, 2017), em oposição ao monopólio estatal característico das economias de planificação central.

De facto, é uma constatação que os modelos económicos e poderes políticos concentrados afetaram, ou não criaram, condições favoráveis à democracia. Nos regimes políticos centralizados, o princípio da separação de poderes é ineficiente ou, por vezes, inexistente, não obstante a sua relevância num Estado de direito democrático (Locke, 2007; Montesquieu, 1979). Nestes contextos, o poder político tende a ser exercido de

forma autocrática, afetando os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos (Tavares, 2025).

Quanto às economias centralizadas, estas, regra geral, não contribuíram para a efetivação da democracia plena por várias razões. Primeiro, não favoreceram a existência de um mercado liberal, devido à ausência das reformas necessárias, o que impediu a inserção das suas economias no mercado internacional no contexto da interdependência complexa (Keohane & Nye, 2001). Segundo, é fácil constatar que estes países enfrentaram dificuldades para se desenvolverem e democratizarem, como os casos de Cuba, Venezuela e Coreia do Norte, entre outros.

Por vezes, de forma enviesada, pode-se considerar que alguns países com regimes centralizados se desenvolveram economicamente, como China e Rússia. Contudo, trata-se de situações distintas: nestes casos, não é a economia que é centralizada, mas sim o regime político. Ainda assim, a China, por exemplo, apesar do seu robusto crescimento económico, não possui uma democracia plena por várias razões: **(i)** as desigualdades sociais são elevadas; **(ii)** os direitos, liberdades e garantias não são plenamente respeitados; e **(iii)** o trabalho infantil é um problema persistente.

Para consolidarmos a reinterpretação da Escola Estruturalista, torna-se importante apresentar a perspetiva contrária, defendida pela Escola de Contingência (Linz & Stepan, 1996). Esta Escola sustenta que a transição e consolidação da democracia dependem da vontade política das elites. De facto, a existência de vontade política pode permitir a liberalização do poder e, paralelamente, a criação gradual das condições materiais para o desenvolvimento económico. Reconhece-se que, em alguns casos, este modelo funcionou.

Sendo assim, a interpretação que propomos é que a Escola de Contingência, através destes argumentos, acaba por convergir com os princípios da Escola Estruturalista: a consolidação democrática depende sempre da existência ou criação de bases económicas adequadas.

Em resumo, não se pretende desvalorizar os argumentos da Escola de Contingência, que em alguns contextos pode ter funcionado, mas o nosso propósito é enfatizar a pertinência dos argumentos da teoria estruturalista, reinterpretando-os: a democracia só é possível quando existem condições materiais favoráveis, seja por já existirem, seja por serem criadas ao longo do processo.

Atualidade da Escola Estruturalista da Democracia em África

Analisando a teoria da democracia em África, ancorada nos argumentos da Escola Estruturalista, importa, em primeiro lugar, realçar as contribuições teóricas de Huntington (1991), segundo as quais a terceira vaga de democratização corresponde aos países que se democratizaram tardiamente, isto é, a partir de 25 de abril de 1974. Este argumento enquadra-se perfeitamente na realidade africana, uma vez que, nos poucos países do continente onde a democracia tem funcionado com alguma razoabilidade, este regime político foi institucionalizado após 1975.

Entre esses poucos países em que o regime democrático funciona, destacam-se os casos de Botsuana, Cabo Verde, Senegal, Maurícias e Seicheles. De acordo com os dados

existentes (ver Fig. 1), é percetível que a maioria dos países africanos apresenta um elevado défice democrático. Vários fatores podem explicar este défice, não de forma isolada, mas sim articulada (Tavares, 2009).

A primeira situação prende-se com a forma como ocorreu a rutura do regime colonial para o pós-colonial. Em alguns casos, esta transição deu-se de forma pacífica e através de um processo negocial, como aconteceu com a descolonização britânica — sendo, aliás, nesse sentido que Botsuana é considerada um dos casos de sucesso. Em contrapartida, houve situações em que a transição resultou de uma rutura violenta, inclusive através de lutas armadas, com destaque para a descolonização portuguesa (Chabal, 2002; Tavares, 2025) e, em alguns casos, da descolonização francesa. Estas experiências de independências constituíram entraves ao processo de liberalização política no período pós-colonial (Tavares, 2025).

Logo após as independências, generalizou-se a retórica política e a prática da institucionalização do denominado socialismo africano (Tavares, 2025; Monteiro, 2001; Senghor, 1964), apresentado como um regime genuinamente africano, supostamente adaptado às realidades sociopolíticas e socioantropológicas do continente. Contudo, este modelo acabou por esbarrar em modelos autoritários, práticas de corrupção, conflitos e dinâmicas de luta pelo poder (Graça, 2005; Tavares, 2009; Tavares, 2025).

A situação supramencionada contrasta de forma significativa com a Escola da Contingência, teorizada por Linz e Stepan (1996), uma vez que se observou, desde cedo, a falta de vontade política por parte das elites dirigentes em criar condições ou ceder em favor da liberalização política. Assim, o processo político africano, de modo geral, tem sido marcado pelo apego ao poder, sendo frequente encontrar líderes políticos a exercerem autoridade política por períodos prolongados. A isto somam-se dinâmicas inconstitucionais, materializadas em frequentes golpes de Estado e na instauração de regimes militares, o que constitui um dos principais entraves à democracia, considerando que um dos requisitos fundamentais para a consolidação de um regime representativo e pluripartidário é a existência de governos civis e não militares (Dahl, 2015).

Os Quadros 1, 2 e 3 apresentam dados empíricos que ilustram a recorrência de golpes de Estado no continente africano, fenómeno que teve início logo após as vagas de descolonização no período pós-Segunda Guerra Mundial. Apenas na costa ocidental africana, num curto período entre 2020 e 2023, registaram-se seis ruturas da ordem constitucional, colocando em causa a própria segurança (sub)regional da África Ocidental. Estes acontecimentos constituem desafios e constrangimentos significativos e levam-nos a projetar cenários, por vezes, pouco otimistas quanto ao desenvolvimento e à consolidação democrática nestes países (Tavares, 2025).

Quadro nº 1. Golpes de Estados e Militarização do Poder Político em África (das independências até 1990)

Países	**Anos em que Aconteceram os Golpes de Estados**
Gana	Fevereiro de 1966
Líbia	Setembro 1969
Uganda	Janeiro 1971
Nigéria	Julho 1975
Seychelles	Junho de 1975

República Centro Africana	Setembro de 1978
Guiné-Bissau	Novembro de 1980
Burkina Faso	1983
Mauritânia	Dezembro de 1984
Sudão	Abril de 1985
Burundi	Setembro de 1987
Total	10

Fonte: Elaboração do autor

Quadro nº 2. Golpes de Estados e Militarização do Poder Político em África (1990 a 2000)

Países	**Anos em que Aconteceram os Golpes de Estados**
Gâmbia	Julho de 1994
São Tomé e Príncipe	Agosto 1995
Comores	Setembro de 1995
Serra Leoa	Janeiro de 1996
Nigéria	Janeiro de 1996
Burundi	Janeiro de 1996
Zaire	Maio de 1997
Serra Leoa	Maio de 1997
Congo-Brazzaville	Outubro de 1997
Níger	Abril de 1999
Comores	Abril de 1999
Guiné-Bissau	Maio de 1999
Costa de Marfim	Dezembro de 1999
Total	13

Fonte: Elaboração do autor

Quadro Nº 3. Golpes de Estados e Militarização do Poder Político em África (2000 a atualidade)

Países	**Anos em que Aconteceram os Golpes de Estados**
República Centro-Africana	Março 2003
São Tomé e Príncipe	Julho de 2003
Guiné-Bissau	Setembro de 2003
Togo	Fevereiro de 2005
Mauritânia	Agosto de 2005
Mauritânia	Agosto de 2008
Guiné	Dezembro de 2008
Madagáscar	Janeiro de 2009
Mali	Março de 2012
Guiné-Bissau	Abril de 2012
Mali	Agosto de 2020
Mali	Maio de 2021
Guiné	Setembro de 2021
Burkina Faso	Janeiro de 2022
Burkina Faso	Setembro de 2022
Níger	Julho de 2023
Gabão	Agosto de 2023

Fonte: Elaboração do autor

Apesar de ser um continente que, em termos geopolíticos, apresenta abundância de recursos naturais, por vezes aparentemente inesgotáveis, bem como um grande mercado

e mão de obra jovem, estas vantagens comparativas, parafraseando os teóricos da estratégia empresarial (Porter, 1990; Ricardo, 2023), não têm sido suficientemente transformadas em vantagens competitivas ou em valor acrescentado. No fundo, o continente dispõe de praticamente todos os recursos, mas carece de alguns ingredientes fundamentais, tais como as integrações nacionais dos Estados e a estabilidade política e governativa (Tavares, 2019; Tavares, 2025).

A ausência de estabilidade política e governativa tem contribuído para a disfuncionalidade dos mercados e, consequentemente, para a não criação das bases necessárias ao funcionamento da democracia liberal. A pobreza continua a ser predominante, as desigualdades sociais e a luta pela sobrevivência enfraquecem a sociedade civil, dificultando a formação de uma cultura cívica e de capital social, como nos ensinam Putnam (1993), ou de um município liberalmente organizado, parafraseando Alexandre Herculano (Branco, 2007). Estes indicadores tornam a perspetiva da Escola Estruturalista — e, consequentemente, as contribuições dos seus autores, como Dahl (2015), Lipset (2023) e Moore (1993) — bastantes atuais na análise da sociedade civil, da participação política e da qualidade da democracia em África. Portanto, esta abordagem teórica pode ainda ser complementada por um estado da arte que vem emergindo no continente sobre a problemática com destaque para autores que atuam nos campos da Sociologia Política e/ou Ciência Política e História Política, especialmente dedicados aos regimes políticos (Gyimah- Boadie, 2004; Bratton e Wale, 1997; Joseph, 1999; Chabal, 2002).

A Particularidade de Cabo Verde

Já em 2007, apesar de os especialistas em Ciência Política convergirem maioritariamente com os argumentos de que a democracia é funcional sobretudo em países desenvolvidos e com uma base económica consolidada, reconhecia-se, à época, que Cabo Verde constituía um caso particular, conforme argumenta Fernandes (2007). De facto, analisando a evolução do processo político deste país, tem-se destacado positivamente, apresentando especificidades que o constituem como um caso de estudo relevante a ser explorado.

Até ao momento, observa-se que as transições políticas têm sido bem-sucedidas, desde o regime colonial para o pós-colonial, através de um processo negociado, uma vez que em Cabo Verde não houve luta armada (Tavares, 2025), seja do modelo monopartidário de matriz nacional-revolucionária (Kowdawo, 2001) para o pluripartidarismo de modelo liberal representativo, seja ainda as alternâncias de poder que se têm verificado entre os dois partidos políticos do arco governativo, o PAICV e o MPD (Tavares, 2019; Tavares, 2025).

Analisando dados internacionais consistentes, como os do *Economist Intelligence Unit Democracy Index* (2024), Cabo Verde não é classificado como uma democracia plena quando comparado, por exemplo, com os países desenvolvidos da Escandinávia, apresentando antes uma democracia falha. Ainda assim, encontra-se na mesma categoria de países como Portugal e os Estados Unidos da América, ocupando posições cimeiras no continente africano. Tal como os dados apresentados na Tabela 4 demonstram, 71,4% dos cabo-verdianos consideram a democracia o melhor regime político.

Vários fatores explicam este avanço dos valores democráticos em Cabo Verde, os quais, por vezes, convergem tanto com a Escola da Contingência (Linz e Stepan, 1996) como com a Escola Estruturalista (Dahl, 2015; Moore, 1993; Lipset, 2023). Em primeiro lugar, destaca-se o facto de a nação ter existido antes do Estado (Semedo, 2006; Madeira, 2018), aliado à ausência de problemas étnicos e tribais. Sobre este aspeto, teóricos como Dahl (2015) defendem que, quanto mais homogéneo for um país, mais facilitado será o processo de democratização.

Tabela 4. Preferência dos Cabo-verdianos no que Tange aos Valores políticos

	Urban	Rural	Men	Women	Total
Statement 1: Democracy is preferable to any other kind of government.	70,2	74,9	69.2	73.3	71.4
Statement 2: In some circumstances, a nondemocratic government can be preferable.	12,9	10,7	13.2	11.5	12.3
Statement 3: For someone like me, it doesn't matter what kind of government we have.	11,1	6,6	11.1	8.9	9.9
Refused	.1	1.0	.6	.1	.3
don't know	5,8	6,8	5.9	6.2	6.1

Fonte: Afrobarometro (2025)

Também em Cabo Verde, desde cedo, se criou uma pequena elite burocrática, em resultado de uma política colonial portuguesa que considerava os cabo-verdianos como assimilados. Por essa razão, tinham mais oportunidades de acesso à educação quando comparados com os povos das restantes colónias, como a Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, que eram considerados indígenas. Estas elites burocráticas eram agentes ao serviço do Estado colonial, que trabalhavam e/ou auxiliavam nas administrações. Por outro lado, emergiram alguns intelectuais que reforçaram este aparelho burocrático.

Esta elite burocrática foi bastante útil, pois constituiu os alicerces da materialização e viabilização do Estado pós-colonial. Embora não se possa considerar que fosse suficiente — até porque o governo logo após a independência começou a investir fortemente na formação e qualificação de quadros para suprir as limitações existentes —, o mínimo de recursos humanos de que o país dispunha foi fundamental para a construção das bases do Estado. Assim, o país possuía o mínimo necessário para constituir uma elite

governamental, bem como os auxiliares da administração pública, e iniciar a governação com um regime de governo civil, que é um dos requisitos básicos para a democracia (Dahl, 2015).

Com a institucionalização do Estado em 1975, foi estabelecido um regime monopartidário de matriz ideológica soviética, ou o "Leviatã crioulo", parafraseando Silva (2001), uma vez que os dirigentes políticos da época entendiam que este seria o mais adequado aos desafios então existentes. Apesar de Cabo Verde, em 1975, já possuir uma nação consolidada do ponto de vista identitário, era ainda cedo para avançar com o multipartidarismo, não só porque se vivia o rescaldo dos grandes regimes autoritários na Europa e a vigência desses modelos no continente africano (Tavares, 2025), mas também porque as prioridades nacionais eram outras, nomeadamente a viabilização do Estado e a materialização do desenvolvimento.

Apesar das críticas que defendiam a adoção do pluripartidarismo nos primórdios da independência, tal opção não se afigurava lógica, sendo antes uma política interna de luxo, sobretudo quando relatórios internacionais apontavam para a inviabilidade do arquipélago enquanto Estado. O desafio principal era, portanto, contrariar essa narrativa e evitar o desperdício de recursos. Talvez se possa criticar a duração da vigência do partido único, que poderia ter sido mais curta, estabelecendo-se um regime transitório e criando-se, mais cedo, as condições políticas e materiais para a realização de eleições pluripartidárias. Contudo, também ficou evidente que não era intenção dos dirigentes liberalizar o poder tão cedo.

Nesse contexto, começaram a surgir episódios de alguma violência política, que mais tarde culminariam na transição política. Apesar da proibição da existência de partidos políticos concorrenciais, surgiu na clandestinidade a UCID e, no seio do partido único (PAIGC/CV), começaram a verificar-se ruturas de pensamento e ideológicas. Importa realçar que uma das dissidências foi o trotskismo, protagonizado por jovens que discordavam modelo monopartidário e que acabaram por ser expulsos, sendo designados como trotskistas (Lopes, 2012; Lopes, 2013). Foi neste contexto que alguns destes dissidentes criaram, em 1982, a Liga Internacional dos Direitos Humanos, com o objetivo de denunciar as atuações do regime (Fonseca, 2025).

Em meados dos anos oitenta, com o advento da *perestroika*, o partido começou a enfrentar dificuldades com o regime económico de planificação central. Se, nos primeiros anos da independência, este modelo económico funcionou e produziu resultados, a partir de meados da década de oitenta começou a revelar sinais de ineficácia (Veiga, 1991; Veiga, 2025). Assim, à semelhança do que ocorreu na União Soviética, onde o presidente Gorbatchov iniciou um conjunto de reformas económicas para garantir a sobrevivência do regime e a sua adaptação aos novos tempos, em Cabo Verde começaram a ser dados os primeiros passos nesse sentido. Foi nesse contexto que, em 1988, o governo do PAICV realizou a primeira reforma económica que permitiu o investimento privado estrangeiro (Fonseca, 2025; Almada, 2011).

Com este enquadramento, sustenta-se que, não obstante a narrativa do PAICV de que teria existido uma vontade política que culminou na negociação e transição para a democracia, uma análise mais meticulosa aponta em sentido contrário, evidenciando reconfiguração política foi, sobretudo, resultado de pressões internas e internacionais

(Tavares, 2010). Convém recordar que este período coincidiu com a queda do Muro de Berlim, o desmoronamento da União Soviética e o triunfo dos valores liberais ocidentais, parafraseando Fukuyama (1989). Cabo Verde era, então, um dos países que mais recebia ajuda pública ao desenvolvimento, tendo sofrido pressões do Ocidente no sentido da liberalização dos regimes internos (Veiga, 2025). Assim, a institucionalização da democracia liberal não foi uma opção voluntária dos dirigentes, mas uma questão de sobrevivência do próprio regime e do país.

Para além das pressões internacionais, verificaram-se igualmente condicionantes internas, provenientes de dissidentes, da sociedade civil e da Igreja Católica (Évora, 2004), a que se somou um marco importante: a visita do Papa João Paulo II a Cabo Verde, entre os dias 25 e 27 de janeiro de 1990. Neste contexto, iniciou-se um debate interno no partido único sobre a possibilidade de abertura política. Embora tenha havido resistência por parte de algumas personalidades, não se registou uma oposição significativa do partido enquanto instituição. Assim, em 18 de fevereiro de 1990, o partido anunciou publicamente a abertura política e a revisão do artigo quarto da Constituição de 1981, visando a institucionalização da democracia.

Num primeiro momento, parecia pretender-se uma abertura limitada, permitindo a participação de grupos de cidadãos nas eleições. No entanto, a oposição foi firme no sentido de exigir uma abertura plena, de modo a evitar que o partido histórico se mantivesse dominante. O PAICV defendia ainda que as eleições presidenciais ocorressem antes das legislativas, numa tentativa de manter o poder político, mas não conseguiu impor esse cenário. Assim, realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias em 1991, nas quais o partido recém-criado, o MPD, venceu com maioria qualificada, ficando institucionalizada, de forma bem-sucedida, a transição para a democracia.

Do ponto de vista das teorias da democracia, recorrendo à perspetiva da Escola da Contingência — segundo a qual a transição e consolidação democráticas dependem da vontade dos atores políticos em negociar —, pode afirmar-se que, num primeiro momento, os dirigentes do PAICV não demonstraram não demonstraram interesse nessa possibilidade, tendo sido forçados a avançar. Contudo, a resistência não foi tão intensa como noutros contextos e não contrariou a tendência histórica. No período pós-eleitoral, após a derrota nas urnas, o partido aceitou os resultados com normalidade, evidenciando maturidade política e uma cultura democrática emergente.

Sob a perspetiva da Escola Estruturalista, esta aplica-se, em certa medida, ao caso cabo-verdiano, pois, embora até 1991 o modelo económico fosse predominantemente estatal e planificado, o país não se encontrava ainda num estágio de desenvolvimento médio ou médio-alto como atualmente. Ainda assim, o partido único criou bases materiais que contribuíram para a viabilização do Estado, bem como para estabelecer condições razoáveis de desenvolvimento, permitindo a transição para uma nova fase no contexto da democracia liberal.

Com o triunfo dos valores liberais ocidentais e a transição democrática, o novo governo, liderado pelo Movimento para a Democracia, implementou um conjunto de reformas liberais de natureza económica, com impactos significativos na política interna e na inserção internacional do país. O principal ator político dessas medidas foi o então ministro da Coordenação Económica e vice-primeiro-ministro, Gualberto de Rosário

(Veiga, 2025). Essas alterações permitiram uma maior convergência normativa com o Ocidente: o país aderiu à Organização Mundial do Comércio, assinou a Parceria Especial com a União Europeia, institucionalizou o municipalismo democrático com eleições municipais regulares e competências para a cooperação descentralizada, conferiu à diáspora o direito de participação nas eleições legislativas e presidenciais e reforçou o investimento privado interno e externo.

Em síntese, não obstante as particularidades favoráveis à democracia em Cabo Verde — como a identidade e homogeneidade cultural e uma independência negociada —, o sucesso da democracia cabo-verdiana resulta de um processo politicamente construído, no qual se foram criando, progressivamente, as bases materiais para a sua consolidação. Se, na Primeira República, o partido único criou as bases materiais e viabilizou o Estado, na Segunda República, os sucessivos governos implementaram reformas liberais estruturantes. Consequentemente, o arquipélago tem vindo a convergir, de forma gradual, com os princípios liberais ocidentais, tanto no plano económico como no político-constitucional. Se essas bases não tivessem sido construídas, o país não se encontraria na categoria de democracia falha, ao lado de Portugal e dos Estados Unidos, nem ocuparia posições cimeiras em África, o que reforça o argumento da Escola Estruturalista de que as bases económicas são determinantes para o sucesso da democracia.

Cabo Verde tornou-se um caso de estudo, que tem sido bastante explorado pelos académicos e tem ainda muita matéria para ser analisada. Sendo assim, para além dos autores que já foram citados, outros devem ser levados em consideração como Silveira (2005) e Costa (2011), Santos (2013), Sanches (2013), Pina (2013).

Cabo Verde, a Sua Afiguração como Democracia Falha e os Desafios para Ascensão a uma Democracia Plena: Aspetos Críticos

Cabo Verde possui uma democracia que, em termos comparativos, se situa acima da média africana, seja a nível regional, como no âmbito da sub-região. Contudo, ainda não se configura como um regime democrático plenamente consolidado, à semelhança das democracias da Europa Ocidental e do Norte da Europa, uma vez que o país não é plenamente desenvolvido do ponto de vista económico. Apesar do desenvolvimento notável que se tem verificado desde a independência até ao presente, inclusive o facto de ser classificado como país de rendimento médio-alto, essa graduação ainda não elimina as vulnerabilidades estruturais próprias de um país com escassos recursos naturais, clima semiárido, insularidade e um mercado pequeno e fragmentado.

Essas vulnerabilidades não são necessariamente determinantes, na medida em que podem ser superadas. Por exemplo, Singapura é um país de pequena dimensão, com uma área semelhante à da ilha da Boa Vista (Cabo Verde), que, no início, importava água para consumo do país vizinho, a Malásia, mas que hoje se afirma como uma potência asiática. Cabo Verde apresenta igualmente outras potencialidades que podem mitigar as vulnerabilidades estruturais, como a possível rentabilização do seu posicionamento geopolítico, transformando-o numa plataforma internacional de prestação de serviços e de interligação entre continentes, bem como a especialização do seu mercado no setor do turismo (Estevão, 2014).

Contudo, persistem situações que afetam a qualidade da democracia, nomeadamente as elevadas desigualdades sociais. Por exemplo, desde a legislatura (2016–2021) passando pela atual (2021-2026), foi estabelecido um teto salarial máximo no setor público de trezentos contos e, somadas as regalias de que usufruem os titulares de cargos políticos e gestores públicos, contrastando com uma renumeração mínima de dezassete mil escudos, a análise do leque salarial evidencia discrepâncias significativas nos rendimentos.

Tabela 5. Análise de Políticas Salariais em Cabo Verde

Tabela Salarial	Gestores Públicos	Setor Privado	Setor Público	Projecção do Governo para o salário mínimo em 2027
Salário Máximo (mensal)	300.000$00 e Regalias			
Salário Minimo (mensal)		17000$	19000$	25000$
Leque Salarial				283000$

Fonte: Elaboração própria com base em dados do governo de Cabo Verde (2025)

Isto significa que, em Cabo Verde, ainda existem pessoas que vivem em condições precárias em termos de remuneração salarial, desprovidas de mecanismos de proteção social, uma vez que a informalidade é bastante elevada no arquipélago. Há igualmente indivíduos que vivem em condições habitacionais precárias. São estes segmentos da população que, em contextos eleitorais, acabam por ser manipulados ou passivamente corrompidos em resultado das suas condições de vulnerabilidade.

Também a classe média tem enfrentado alguns problemas. De facto, como defende a Escola Estruturalista da Democracia, este segmento social é fundamental para garantir o equilíbrio socioeconómico e aumentar a qualidade da democracia (Dahl, 2025; Lipset, 2023). Contudo, em Cabo Verde, este grupo social, tem sido cada vez mais afetada pelos impactos das crises e choques financeiros externos, e o poder de compra tem diminuído devido à crise inflacionária importada. Nesse sentido, este estrato da população tem-se tornado progressivamente mais endividada, razão pela qual se tem verificado a emigração de pessoas que se enquadram nesta categoria social.

Outro fator que pode ser considerado um entrave à ascensão de Cabo Verde à categoria de democracia plena prende-se com o bipartidarismo rígido, no qual os dois principais partidos históricos (PAICV e MPD) dominam o sistema. São considerados históricos por terem surgido em contextos de rutura: o PAICV no contexto da independência nacional e o MPD no advento da democracia liberal. Por essa razão, tendem, por si só, a apresentar maior expressão eleitoral. Por um lado, têm contribuído para a estabilidade política e governativa, uma vez que têm permitido a formação de maiorias absolutas de um ou de outro lado. Por outro, não têm dado espaço suficiente aos partidos emergentes, o que tem permitido alguma "arrogância" ou "prepotência" governativa quando um ou outro se encontra no poder (Lijphart, 1984; Hermens, 1941; Lanchester, 1998).

Acresce ainda que estes dois partidos dispõem de melhores financiamentos, inclusive para as campanhas eleitorais. Num contexto de alguma pobreza e precariedade social, conseguem penetrar na geografia e na sociologia eleitoral, devidamente analisadas e mapeadas, retirando daí dividendos eleitorais. Neste quadro, as forças partidárias menores dispõem de reduzida capacidade de influência. Além disso, o código eleitoral não é favorável às pequenas formações partidárias, o que tem dificultado a capacidade destas de constituir grupos parlamentares na Assembleia Nacional.

Outro aspeto relevante é o facto de os sistemas eleitorais de listas fechadas não contribuírem significativamente para a consolidação da democracia, uma vez que os eleitores votam no partido e não necessariamente nas pessoas que são eleitas. Um sistema de listas abertas poderia conferir um maior grau de representatividade.

É também evidente que a sociedade civil ainda é fraca. Apesar de se ter verificado uma evolução considerável da massa crítica e do papel das redes sociais, as organizações da sociedade civil cabo-verdiana continuam a ser pouco reivindicativas. Por um lado, subsiste uma percentagem significativa da população em situação de pobreza, o que leva estas pessoas a centrarem-se prioritariamente na sobrevivência. Por outro, existe receio de reivindicação, pelo facto de o país ser pequeno, com grande proximidade social, onde "praticamente todos se conhecem", e fortemente polarizado entre os dois principais partidos que se alternam no poder. Nesse contexto, as pessoas receiam represálias.

As dinâmicas de insegurança e o crime organizado têm, há muito tempo, constituído uma ameaça ao Estado de direito em Cabo Verde (Tavares, 2016). A localização geográfica do país e as vulnerabilidades decorrentes da escassez de meios no combate ao crime têm estado na origem de diversos problemas, como assaltos violentos, crimes contra a propriedade, homicídios e outros crimes conexos.

A par dos problemas de insegurança, outro fator que tem afetado o Estado de direito em Cabo Verde é a morosidade da justiça. Esta lentidão tem gerado desconfiança das populações em relação às autoridades judiciais, alimentado o sentimento de impunidade dos infratores e incentivado a tendência para a aplicação da justiça privada.

Conclusão

Conclui-se que a escola estruturalista da democracia e as suas abordagens continuam a ser atuais. Para tal, basta interpretar adequadamente os dados mais recentes do *Economist Intelligence Unit Democracy Index* de 2024 para constatar que as democracias mais consolidadas do mundo se encontram nos países economicamente mais desenvolvidos. Por exemplo, os regimes democráticos plenamente consolidados encontram-se maioritariamente concentrados nos países da Europa Ocidental e do Norte da Europa, como a Noruega, a Finlândia e a Suécia, entre outros. Pode-se notar que, nesses países, para além de um bom desempenho económico, são considerados dos mais justos do mundo no que diz respeito à distribuição e redistribuição dos rendimentos, o que significa maior equilíbrio social, menores desigualdades sociais e uma classe média bem consolidada.

Mesmo nos países que se encontram na segunda categoria (democracias falhas), pode-se constatar que alguns apresentam um bom nível de desenvolvimento económico, como

os Estados Unidos da América, a França e a África do Sul, mas que, por razões específicas, não se enquadram na categoria de democracias plenas. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, o país perdeu pontuação e desceu para a categoria de democracia falha devido à eleição de Donald Trump e aos discursos políticos e sociais que têm sido produzidos, entrando em conflito com direitos, liberdades e a dignidade da proteção humana.

No que se refere ao continente africano, que constitui o principal objeto da problemática deste artigo, apenas as Ilhas Maurícias são consideradas uma democracia plena, sendo muito poucos os países que se enquadram na categoria de democracias falhas, com destaque para Botsuana, Cabo Verde, África do Sul, Gana e Lesoto. Pode-se notar que estes Estados têm sido os mais bem avaliados no continente no que diz respeito aos progressos económicos e, consequentemente, aos valores da democracia. Destaca-se o caso de Cabo Verde, que se afigura como a terceira democracia mais avançada em África, sendo ultrapassada apenas por Maurícias e Botsuana. As restantes realidades nacionais caracterizam-se, na sua maioria, por regimes híbridos ou autoritários.

Apesar de estes dados serem anuais e apresentarem alguma volatilidade em África, não se têm verificado alterações substanciais. Por exemplo, nos últimos anos e/ou na última década, as Ilhas Maurícias, Botsuana, Cabo Verde e a África do Sul têm obtido avaliações superiores quando comparadas com os restantes países do continente. O desenvolvimento económico, a funcionalidade do Estado de direito, processos eleitorais transparentes e pacíficos, bem como progressos noutros domínios, têm sido as principais razões para esse desempenho. Nos restantes países, as dinâmicas têm sido diferentes, marcadas por práticas inconstitucionais (golpes de Estado), processos eleitorais conturbados, oligarquias institucionalizadas, lideranças autocráticas e contínuas, a que se somam problemas de desigualdade e pobreza.

Referências

Almada, D. H. (2011). *A Construção do Estado e a Democratização do Poder em Cabo Verde*. Edição do Autor.

Beetham, D. (1999). *Democracy and human rights*. Polity Press.

Branco, J. P. (2007). *O Municipalismo no Pensamento de Alexandre Herculano*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade de Lisboa.

Bratton, Michael e N. W. (1997). *Democratic, experiments in Africa: Regime transitions in comparactive perspective.* Cambridge University press.

Chabal, P. (2002). *History of Postcolonial Lusophone Africa*. Hurst.

Cheeseman, N. (2015*). Democracy in Africa: Successes, Failures, and the Struggle for Political Reform*. Cambridge University Press.

Costa, S. (2011). "Transições Políticas e Democratização em África: Cabo Verde e a Guiné-Bissau em Perspetiva Comparada". *Revista Portuguesa de Ciência Política*. 30 de setembro.

Dahl, R. A. (1971). *Polyarchy: Participation and Opposition*. Yale University Press.

Dahl, R. (2015). *On Democracy*. Yale University Press.

Diamond, L. J. (1999). *Developing Democracy: Toward Consolidation*. Johns Hopkins University Press.

Economist Intelligence Unit Democracy Index de 2024.

Estêvão, J. (2014). "Os Percursos da Integração Económica Internacional e os Dilemas da Política Externa Cabo-verdiana". In J. Delgado, O. Varela, & Suzano Costa (eds.), *As Relações Externas de Cabo Verde: (Re)Leituras Contemporâneas*. ISCJS, 321-346.

Évora, R. (2004). *A Abertura Política e a Transição para a Democracia*. Spleen Edições.

Fernandes, T. (2007). Apontamentos das Aulas no Âmbito da Disciplina de Teoria da Democracia, Enquadrada no Plano Curricular de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais. Universidade Nova de Lisboa.

Fonseca. J.C. (2025). Entrevista Concedida à Televisão Nacional de Cabo Verde no Programa Alusivo aos cinquenta anos da Independência de Cabo Verde.

Fukuyama, F. (1989)."The end of History?" *The National Interest*, 16, 3-18.

Fukuyama, F. (2001). *O Fim da História e o Último Homem*. Gradiva.

Graça, P. (2005). *A Construção da Nação em África*. Almedina.

Greene, K. F. (2007). *Why Dominant Parties Lose: Mexico's Democratization in Comparative Perspective.* Cambridge University Press.

Gyimah-Boadi, E. (Ed.). (2004). *Democratic, reform in Africa: The quality of progress*. Lynne Rienner Publishers.

Hermens, F.A. (1941). *Democracy or Anarchy? A Study of Proportional Representation*. University of Notre Dame Press.

Huntington, S. P. (1991). *The Third Wave. Democratisation in The Late Twentieth. Century.* University of Oklahoma Press.

Inglehart, R. (1997). *Modernization and postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies*. Princeton University Press

Jensen. H. (2002). *The Welfare State: Past, Present, Future*. Univrsità di Pisa.

Jensen, N. M.; Justesen, M. K. (2014). Poverty and vote buying: Survey-based evidence from Africa. Electoral Studies, 33, 220–232.

Joseph, R. (1999). *State, Conflict and democracy in Africa*. Lynne.

Keohane, R.; Nye, J. (2001). *Power and Interdependence*, 3ª ed. Longman.

Keynes, J. (2017). *The General Theory of Employment, Interest and Money: with The Economic Consequences of the Peace.* Wordsworth Editions.

Kirchheimer, O. (1990). "The transformation of the Western European party systems". In: MAIR, Peter (ed.). *The West European party system*. Oxford University Press, 177-200.

Kitschelt, H.; Wilkinson, S. I. (Eds.). (2007). *Patrons, Clients, and Policies: Patterns of Democratic Accountability and Political Competition*. Cambridge University Press.

Koudawo, Fafali. (2001). Cabo *Verde e Guiné-Bissau: da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal.* Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

Lanchester, F. (1988). "A Influência dos Sistemas Eleitorais Sobre a Estabilidade Governativa" In: CRUZ, M. Braga (ed.), *Sistemas Eleitorais: o Debate Científico*. Imprensa de Ciências Sociais, 178 e 181.

Levitsky, S.; Way, L. A. (2010). *Competitive authoritarianism: Hybrid regimes after the Cold War*. Cambridge University Press.

Lijphart, A. (1984). *Democracies: Pattenrns of Majoritarian and consensus Goverment in twenty- one countries*. Yale University Press.

Linz, J. J.; Stepan, A. C. (1996). *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America, and post-communist Europe*. Johns Hopkins University Press.

Lipset, S. (2023). *Political Man: the Social Bases of Politics*. Legare Street Press.

Locke, J. (2007). *Segundo Tratado do Governo: Ensaio sobre a Verdadeira Origem, Alcance e Finalidade do Governo Civil.* Fundação Calouste Gulbenkian.

Lopes, J. V. (2012). *Cabo Verde: As Causas da Independência: (e o estado e a Transição para a Democracia na África Lusófona)*. Spleen Edições.

Lopes, J. V. (2013). *Cabo Verde: Os Bastidores da Independência*, 3ª ed. Spleen Edições.

Madeira, J. P. (2018). *Nação e Identidade: A singularidade de Cabo Verde.* Pedro Carsoso.

Magaloni, B. (2006). *Voting for autocracy: Hegemonic party survival and its demise in Mexico*. Cambridge University Press.

Monteiro, R. (2001). *A África na Política de Cooperação Europeia*. ISCSP-Ul.

Montesquieu. (1979). *De l´ esprit des Lois I*. Garnier Flammarion.

More, B. (1993). *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Reprint.

Pina, L. (2013). Tendências de Cultura Política, Democratização e Esfera Pública em Cabo Verde. In C. Sarmento, & S. Costa (eds.). *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Almedina, 331-349.

Porter, M. (1990). *The Competitive Advantage of Nations.* Free Press.

Przeworski, A.; Alvarez, M. E.; Cheibub, J. A.; Limongi, F. (2000). *Democracy and development: Political institutions and well-being in the world, 1950–1990*. Cambridge University Press.

Putnam, R. (1993). *Making Democracy Work: Civic Tradicions in Modern Italy*. Princeton University Press.

Ricardo, D. (2023). *Principles of Political Economy and Taxation*. Patavium Publishing.

Sanches, I. (2013). "Institucionalização do Sistema Partidário e Democratização em Cabo Verde". In C. Sarmento, & Suzano Costa (eds.). *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Almedina, 249-270.

Santos, D. (2013). "Cabo Verde: Uma Vaga, Duas Transições Políticas". In C. Sarmento, & Suzano Costa (eds.). *Entre África e a Europa: Nação, Estado e Democracia em Cabo Verde*. Almedina, 209-231.

Sartori, G. (1957). *Elements of the Theory of Democracy*. Praeger.

Schumpeter, J. (2006). *Capitalism, Socialism and Democracy*. Routledge.

Semedo, M. B. (2006). *A Construção da Identidade Nacional: Análise da Imprensa entre 1877 e 1975*. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Senghor, L. S. (1964). *On African socialism*. Praeger.

Silva, A. C. (2001). "O Nascimento do Leviatã Crioulo: Esboços de uma Sociologia Política [de Cabo Verde]". Cadernos de Estudos Africanos, 1, 53-68.

Silveira, O. (2005). *A Democracia em Cabo Verde*. Edições Colibri.

Stokes, S. C. (2005). Perverse accountability: A formal model of machine politics, with evidence from Argentina. American Political Science Review, 99(3), 315–325.

Stokes, S. C., Dunning, T., Nazareno, M., & Brusco, V. (2013). *Brokers, Voters, and Clientelism: The puzzle of Distributive Politics*. Cambridge University Press.

Tavares, A. (2009). O Regime Político Guineense (1994-2008) [Em linha]. [Consultado em 19 de dezembro de 2025] chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.didinho.org/Arquivo/Regime_Politico_Guinnense_1994-2008_%5B1%5D.pdf

Tavares, A. (2010). *A Importância da Política Externa no Processo do Desenvolvimento: O Caso Paradigmático de Cabo Verde*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. Universidade Nova de Lisboa.

Tavares, A. (2019, 21st-24th). "Ecowas Integration and Sub-Regional Stability". In*: Economic Integration of West Africa: Chalenges & Prospects*, Compendium of Seminar Papers Presented at the International Conference, Organised by the Ecowas Community Court of Justice at Accra, 451-472. Ghana. http://www.courtecowas.org/wp-content/uploads/2023/02/ACCRA-REPORT-ENGLISH-VERSION-FOOTNOTES-FINAL-fcn-28.01.2023.pdf

Tavares, A. (2019, abril, 16). Integração (sub)regional em África – Da retórica de Emancipação Política e Desenvolvimento Pós-colonial à Integração em Blocos Sub-regionais: O caso da CEDEAO". [Comunicação por Convite]. Comunicação apresentada no âmbito da Conferência e intercâmbio académico entre a Associação de Estudantes do ISCJS de Cabo Verde e a sua congénere da Faculdade de Direito de Bissau, Praia.

Tavares, A. (2025). "Segurança do Estado *Vs* Segurança Humana em Cabo Verde: Uma Análise da Evolução do Processo Político-Social de 1975-1990". *Revista de Estudos Políticos*, 32, 265-296. https://periodicos.uff.br/revista_estudos_politicos/article/view/66802/39764

Tavares, A. (2025, junho, 09). Segurança (Sub)Regional Africana: Desafios, Constrangimentos e Cenários Prospetivos. [Comunicação como conferencista e membro da Comissão Organizadora]. 50 anos da CEDEAO: Retrospetivas e Perspetivas sobre a Política Sub-Regional de Cabo Verde. III Semana Académica RID-UniCv. Praia.

Todaro, M. P. (1994). *Economic Development*. Longman.

Veiga, C. (1991). Entrevista Concedida à Televisão Nacional de Cabo Verde alusiva a primeira quadra festiva e natalícia no contexto pós-transição política.

Veiga, C. (2025). Entrevista Concedida à Televisão Nacional de Cabo Verde no Programa Alusivo aos cinquenta anos da Independência de Cabo Verde.